



M(1)
A
A

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE V N DE MILFONTES

ATA Nº 05/2022

Data da reunião ordinária: 29-09-2022

Início da reunião: 20:45 h

Fim da reunião: 1:20 h

Membros da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que comparecem à reunião:

Presidente: BRUNO RIBEIRO FERREIRA DOS REIS CABECINHA

Membros:

GONÇALO NUNO SILVA FERREIRA ALVES ARAÚJO

JORGE DA SILVA POLÍCIA

JOSÉ GABRIEL RODRIGUES OPANASHCHUK LOURENÇO

MARIA DE DEUS FRIESA AMADOR

MARIA VICTÓRIA DA SILVA NEVES DE ALMEIDA

VENTURA JOSÉ CRUJO RAMALHO

Faltas:

ANDREIA CARINA GONÇALVES RAMOS

ANTÓNIO MIGUEL BANZA GOMES FRIEZA

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: BRUNO RIBEIRO FERREIRA DOS REIS CABECINHA



M/D
A
J

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DE MILFONTES

ATA NÚMERO CINCO

Aos vinte e nove dias do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e dois, teve lugar na sede da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

1 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- a) - Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 27-06-2022;
- b) - Leitura do expediente;
- c) - Apreciação de assuntos de interesse para a freguesia.

3 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- a) - Cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciação;
- b) - **8ª Alteração Orçamental/2022:** (2ª alteração modificativa ao Orçamento, 7ª alteração ao PPI e 2ª revisão ao PPI) apreciação e votação;
- c) - Alteração ao 2º Protocolo de colaboração/2022, celebrado com o Clube Desportivo Praia de Milfontes, apreciação e votação.

4 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

ABERTURA DA SESSÃO

Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, e depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário, que procedeu à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças: - Bruno Ribeiro Ferreira dos Reis Cabecinha, Gonçalo Nuno Silva Ferreira Alves Araújo, Jorge da Silva Polícia, Maria de Deus Friesa Amador, José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, Ventura José Crujo Ramalho e Maria Victória da Silva Neves de Almeida.

E as seguintes ausências: - Andreia Carina Gonçalves Ramos e António Miguel Banza Gomes Frieza.

ORDEM DE TRABALHOS

1 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: - Registaram-se as seguintes intervenções:

M1

O Senhor Paulo Reis, dizendo que o primeiro assunto está relacionado com o “Centro Comercial” que para além dos problemas que ali se passam com os migrantes, há mais um relacionado com os miúdos e pessoas que esperam o autocarro e utilizam as casas de banho do Centro Comercial para as suas necessidades, aumentando as despesas do condomínio, e quem lhes paga essas despesas? Questionou sobre a obra do edifício que seria para apoio às pessoas que ali esperam o autocarro, o jardim está lindíssimo, mas aquela obra? Gostaria que lhe dessem uma resposta se aquilo é para avançar se é para retirar.

Relativamente à concentração dos migrantes naquele Centro Comercial, o Sr. Paulo Reis relatou vários episódios ali ocorridos, como reivindicações, distúrbios, abertura e licenciamento de lojas ilegais. Disse nada ter contra os migrantes, mas sim contra os mafiosos ali instalados, toda a gente sabe que aquilo é um centro de tráfico de pessoas e que não vivem daqueles negócios. Não aceita gente que não respeita a nossa comunidade, violam as nossas regras, as do condomínio, não respeitam os cidadãos locais, essa gente não lhe interessa e não está a falar de cor, mas de comportamentos. Acha que a maioria das pessoas e organismos oficiais, não tem noção do que se passa aqui no Concelho, estas máfias estão aqui instaladas e não trazem pessoas só da Ásia também já vêm da Europa, nós temos que levar com isto tudo, tem vergonha que estas coisas se passem no seu Concelho, no seu País.

A televisão já mostrou por duas vezes o que se está aqui a passar, o que se fez? Nada. Quantos traficantes foram presos? É o sítio com mais gente concentrada em suspeitas. Pergunta, estas redes cobram a estas pessoas dez/quinze mil euros para virem, confiscam-lhes os passaportes, abandonam-nos e depois quando eles têm fome e não sabem para onde ir temos que os sustentar, e nós até somos bons nisso, mas acha que não temos esse direito. Isto é uma coisa que nos prejudica a todos e ao comércio ainda mais, há Freguesias onde a população aumentou 72%, isto não é possível em parte nenhuma do mundo. Nós somos um povo que costumamos receber bem, mas mesmo que haja vontade de integrar, numa comunidade tão pequena como a nossa, não é possível, não temos condições para integrar esta quantidade de gente. Não vê aqui ninguém integrado, estas pessoas andam na rua o dia inteiro, vivem do quê? Já toda a gente sabe o que se passa, mas ninguém faz nada.

Voltando ao assunto inicial, referiu ainda que não tem nada contra os miúdos, a questão é irem para lá brincarem, sujarem, e se alguém lhes diz alguma coisa ainda são malcriados. Não tolera que as coisas funcionem desta maneira, não sabe o que se passou com a obra (situada no jardim) na sua ótica está mal choca com o jardim lindíssimo que ali está e vê aquilo ali há dois ou três anos, e estivesse ali alguma coisa talvez não houvessem os problemas que temos dentro do Centro Comercial. Pergunta se este é o modelo de cidade que queremos para a nossa região.

Interveio o Senhor Guilherme Nunes, questionando se o guincho do Canal, tem seguro ou não? Se tem seguro só para a MT ou também tem para a Profissional?

M/



Interveio o Sr. Presidente da Assembleia perguntado o que aconteceu com o guincho? O Sr. Guilherme Nunes explicou que aquando do encalhe do seu barco, há cerca de nove meses atrás, partiram-se duas hélices e a parte de baixo da estrutura do motor. Há um técnico de guincho, quando éramos nós que encalhávamos os barcos não aconteciam problemas, não precisava ter vindo aqui se as coisas tivessem sido tratadas, tentou falar com o Presidente, mas não atendeu, apenas conseguiu falar com o Secretário.

Interveio a Senhora Mafalda Fonseca, dizendo que tem uma curiosidade sobre as duas Centrais Fotovoltaicas que estavam previstas em 2018, uma seria na Freguesia de S. Luis e outra dentro da Freguesia de Vila Nova de Milfontes. Sabe que foram feitos estudos de impacto ambiental, houve um período de consulta, mas depois nunca mais ouviu falar, gostava de saber o que se passa, se ainda estão previstas? Se é para avançar ou se foram canceladas?

Interveio o Senhor Mário Alves, referindo-se também ao assunto da paragem dos autocarros, disse que como morador na Rua Pinhal do Moinho no nº 45, tem no hall do seu prédio pessoas a abrigarem-se da chuva, a fazerem as necessidades nos cantos e quer saber o que está previsto para cumprir aquele OP.

Interveio a Senhora Cristina Reis, voltando ao assunto do Centro Comercial disse que devido aos problemas que todos sabem mudaram a gestão do condomínio, agora é feita por uma empresa que vem de Sines, a "Vasco da Gama", que nos diz que em Sines quando surge alguma ilegalidade fazem um email à Câmara, esta faz o seu trabalho e depois informa do que foi feito e do que está ilegal. Aqui na Câmara de Odemira, nada, pede-se uma vistoria, é feita, mas ninguém informa do que aconteceu. Uma loja com um só número de polícia, foi transformada em dois negócios diferentes, de duas pessoas diferentes, o café está ilegal, a Câmara diz que não é da sua competência, mas licenciou o café sabendo que já era uma situação ilegal. Aquilo é ilegal as publicidades são ilegais, a Câmara e a Junta podem atuar e resolver, façam vistorias, façam o vosso trabalho. Há quatro anos que ali está e há três anos que está a viver num inferno e cada vez que pede alguma coisa, a responsabilidade não é de ninguém. A Junta pode chamar a ASAE para fiscalizar os cafés que ali estão, as pessoas responsáveis devem tomar atitudes, não ser sempre os lesados a fazê-lo e a andar sempre á frente das autoridades.

Outro assunto são os buracos à volta daquele Centro Comercial, já enviou um email, o Sr. Presidente foi lá tirou fotografias, e lá continuam há mais de um ano, não basta já os outros problemas, ao menos tapem os buracos.

Dizem que o Centro Comercial é particular, mas é só para umas coisas e para outras é público? Se está ali um foco de problemas todos têm que ajudar, ou saímos nós e fica ali o foco de problemas para todos vós. Estão ali duas ou três pessoas a aguentar (lavandaria, SPAR), em cima de um barril de pólvora, e ninguém se digna a ajudar. Já foi à Assembleia Municipal, disse o que se passava, o que via, é uma situação de mafiosos, ela está ali debaixo de mira daquela gente, mas a comunidade de Vila Nova Milfontes ninguém quer saber, ninguém ajuda os Portugueses,

ninguém vai ali saber se está bem, como ela está, nada, nem nas campanhas eleitorais vão lá dentro. Se o Centro Comercial é particular, se ninguém quer saber, então não paga os impostos, está a pagar uma carga de impostos para quê?

No inverno fica sem trabalho, não pode requerer o subsídio desemprego (por legalmente não poder estar no posto trabalho), não pode ir trabalhar para outro lado, tem que ficar ali ao pé da sua filha, que neste momento se encontra doente do sistema nervoso por ver os problemas que ali se passam e por vê-la assim, e a comunidade de Milfontes todos olham para o lado e ninguém quer saber. O que é importante é os coitados dos imigrantes, mas eles estão lá porque os mafiosos os meteram lá.

Interveio o Senhor Manuel Tomásia, questionando o Sr. Presidente da Junta sobre as seguintes questões:

- Ribeira da Azenha, Malhadinhas, Pousadas e clandestinos da Alpendurada, vivem aqui pessoas com alguma idade, que têm os seus terrenos, que têm um poço para regadio da sua quinta, mas também têm uma fossa, a nossa preocupação é até que ponto estas pessoas consomem água potável em condições? Mas há sempre forma de pensar no futuro e manter a esperança. Falou-se na construção de uma ETAR, e quando se fala de uma ETAR fala-se no consumo de água potável, o certo é que o tempo vai passando, as coisas não aparecem feitas, as necessidades cada vez são mais e os problemas maiores. Isto é uma questão de saúde pública e deveria haver alguém que se preocupasse.

- Casa da comissão de moradores, ninguém sabe de quem é a responsabilidade daquilo, não sabemos se é da Junta ou da Câmara, a comissão de moradores já não existe, gostaria que o Sr. Presidente lhe desse uma resposta sobre isto.

- Caminhos vicinais, não estamos na Vila estamos no campo e precisamos dos nossos caminhos melhorados, não vai dizer que estão piores, o que falta é alguma intervenção, aquela camada de saibro/tout-venant que espalharam desde o cruzamento da escola até á padaria foi boa, só que o movimento de carros é muito e ganha aquela ondulação ficando difícil ali circular. Existem muitos alojamentos locais naquela zona era bom que a Câmara pudesse dar algum apoio, passam por ali muitas centenas de pessoas se não forem para esses alojamentos, vêm para Vila Nova de Milfontes, onde não há estruturas para mais pessoas, mais carga nos esgotos, no lixo e estacionamento.

- Caminhadas, com a prática comum das caminhadas há a necessidade do melhoramento das bermas da estrada desde a rotunda das Brunheiras até à extrema do Concelho de Sines. Não temos condições para caminhar, as pessoas não podem andar na estrada, assim pensamos propor à Junta ou Câmara o alargamento das bermas (1m/1,5 m) e o seu arranjo com tout-venant, para que se possa caminhar sem perigo.

- Clandestinos, quanto há questão dos clandestinos na Herdade da Alpendurada, sabe que o Sr. Presidente da Junta mora nessa zona, também sabe que há algum tempo tentou arranjar um gabinete de apoio para tentar legalizar

M1
✓
A

alguma coisa, não sabe se o conseguiu e gostaria que o Sr. Presidente o informasse sobre isso.

- Habitação, um flagelo do nosso Concelho, as casas são caras, muitas são alugadas só no período de verão, pensa ser necessário a criação de Bairros Sociais, pois desde 1983 que não são construídos, as pessoas cada vez são mais, Vila Nova de Milfontes cada vez é mais procurada e a habitação cada vez é mais escassa.

- Saúde, são muitos os que precisam dela, dificilmente se consegue uma consulta ou médico de família, gostaria que o Sr. Presidente o informasse sobre este assunto.

Interveio o Senhor Paulo Martins, dizendo e depois de ouvir algumas intervenções, que o modelo desta sociedade é o fim do turismo, aqui junto à costa vivemos essencialmente do turismo, mas os nossos autarcas esqueceram-se completamente dessa parte (vida junto à costa). Não vivemos de estufas, está toda a gente enganada com isto, o que está a acontecer aqui aconteceu em Espanha há uns anos atrás onde Marroquinos e Argelinos alugavam todos os espaços comerciais, tinham trezentos empregados e isso era só para conseguirem os papéis, que é o que está a acontecer aqui com os Paquistaneses é a venda dos contratos de trabalho, é a máfia que a gente aqui tem. Aqui na nossa zona estamos a mandar isto tudo para o lixo, o turismo vai para o lixo e daqui a três anos não há ninguém que queira vir para aqui passar férias. Ninguém quer ir com os filhos para a praia e ser observado por dez ou quinze imigrantes, com casacos de inverno, não está contra eles, mas está contra o modelo que nos querem aqui meter, esta terra não é isto. Quando acabar o turismo, quem é que vai ganhar com as estufas? Alguém aqui tem casa alugada a eles? As pessoas que tenham um comércio vão vender o quê e a quem? Daqui a três anos vamos cair no zero.

Alguém dos partidos aqui representados que leve a nossa voz a Odemira na próxima reunião de Câmara, diga que a ETAR esteve a verter esgoto para o mar (estava dimensionada para a população de Milfontes e quando chega ao verão multiplica-se por dez); a falta de casas e a imigração na zona da costa, quando as empresas agrícolas aqui se instalaram a Câmara não autorizou a construção nem colocação de contentores em espaço agrícola; o que está a acontecer no Centro Comercial, não há fiscalização da ASAE, não há investigação criminal.

Temos que fazer isto dar uma volta, quem tem casa está a vender e a ir-se embora, isto é um problema geral que de uma forma ou de outra está a afetar toda a gente, toda a Freguesia.

- Referiu-se por último ao espaço do "Canal" e da administração pela Proteção Civil, que está uma vergonha, cheio de canas em cima das barracas e na estrada.

Interveio o Senhor Romeu Mateus, salientando que não está aqui com nenhuma agenda política muito menos partidária, mas sim para se encontrarem soluções, de uma maneira geral todas as pessoas aqui presentes querem o bem para Milfontes e estamos aqui para tentar organizarmo-nos, chegar a um consenso e tentar virar isto. Também é sabido que existem em Milfontes dois tipos de pessoas, os que querem o bem e os outros que chegam e só querem os interesses pessoais. Numa

análise é bom ver as pessoas tentarem encontrar consensos e união para o bem-estar desta comunidade, "Milfontes". Dois temas da última reunião que lhe chamaram á atenção: - As pessoas vêm para Milfontes mas porque não se recenseiam aqui? Se calhar seria bom fazer-se uma campanha de sensibilização ou mesmo um convite para as pessoas que chegam se recensearem em Milfontes. Se calhar existem muitas pessoas que vivem aqui e que não estão recenseadas, mas nos cafés ou na rua falam e exigem isto e aquilo. Então porque não se recenseiam para fazerem crescer a nossa população? Era importante que a população crescesse.

- Outro tema é sobre as comunidades de imigrantes, acha que todas as pessoas que imigram e que vêm para trabalhar, desenvolver a sua vida, são bem-vindos. Agora têm o seu culto, querem fazer uma mesquita, no seu ver analisando a realidade, Milfontes não tem estufas só existem a partir do outro lado do rio, então que façam a mesquita em Odemira, S. Teotónio, mas em Milfontes não. Milfontes é uma zona turística se querem fazer aqui uma mesquita vêm acabar com o turismo e Milfontes não tem nada a ver com estufas.

- Questionou também sobre a iluminação da obra da rua principal, porque esta ainda não está ligada se a obra já terminou?

- Questionou ainda sobre o significado dos potes que estão na rotunda junto às bombas da gasolina, os potes parecem estar a verter um líquido branco e não sabe o significado, já lhe disseram que era mel, mas nunca viu mel branco, em termos de simbologia são análises que temos de perceber para podermos informar.

- Informou ainda sobre um cliente de Odemira que foi à sua loja e que lhe disse "em Odemira não há nada", no seu entender isto significa que os agentes económicos em Odemira estão cada vez mais reduzidos, com menos capacidade, e isto significa que futuramente a classe económica de Odemira está a fechar, está a ir ao fundo. Qual será a causa se Odemira detém os serviços? O Tribunal, a Câmara, tem tudo e as pessoas querem vir de lá embora, não sabe o que isto poderá significar, é uma questão de análise de consciência coletiva, onde isto vai chegar para perceber o que é que o futuro nos pode trazer?

- Referiu também da importância do reconhecimento à Instituição Nossa Sr^a da Graça, pelo nível que trouxe a Milfontes, pela visão da pessoa que conseguiu projetar esta capacidade de inteligência e que foi o Senhor Padre Lourenço, que trouxe as pessoas automaticamente, aqui estudaram, desenvolveram o comércio, desenvolveram inteligência e foram estudar para outros lados, criando e trazendo para esta Freguesia uma capacidade de melhor desenvolvimento. Também houve outras instituições como as Associações, o Clube de Futebol e agentes económicos. As pessoas vinham para Milfontes porque haviam bons restaurantes e ainda hoje continua a ter os melhores restaurantes, é preciso reconhecer isso, antigamente faziam-se concursos, distribuía-se prémios, havia reconhecimento para as pessoas que fizeram crescer esta Vila, hoje parece que se faz o contrário é afundar as pessoas que cá vivem, já ninguém liga para essas coisas, acha que era

importante criar um reconhecimento para as Associações, Restaurantes, Clube de Futebol e tudo o que leva o nome de Milfontes mais longe, para outros lados.

Outra coisa que no seu ponto de vista achava importante, era Milfontes aproveitar as individualidades que aqui têm casas, convidá-los a serem embaixadores de Vila Nova de Milfontes, para atrair pessoas que venham investir, deve haver uma forma de fazê-lo? Eles são bons em comunicação, ou fazer um vídeo, porque é importante não vivermos só dos meses de verão e se o conseguirmos esticar todos ficamos melhor.

Referiu ainda que Milfontes está situado num ponto estratégico, e da importância em estabelecer parcerias (desporto, cultura, caminhadas) com os Concelhos de Sines e Santiago Cacém e das Freguesias Porto Covo, Cercal e São Luis, idealizar maneiras de conseguir criar capacidades de intercâmbio e de fazer coisas importantes.

Seguidamente colocou as seguintes perguntas ao Sr. Presidente da Junta:

- Se Milfontes gerisse as suas receitas (impostos), como acha que esta Freguesia estaria? Estaria mais ou menos desenvolvida?

- O piso para acesso à praia do malhão, é difícil entender aquilo ainda estar assim, não houve ainda um investimento feito?

- O que acha do novo investimento da Praia de Odemira?

- Qual seria o sonho do Sr. Presidente para Milfontes? Como pensa concretizá-lo?

Finalizou dizendo que este ano principalmente no verão, atrás da sua loja havia um cheiro a urina insuportável e perguntou ao Sr. Presidente da Junta se sabia o que poderia ter sido?

Interveio a Senhora Fátima Alves, dizendo que esta Vila está impregnada de baratas e ratos. Pensa que foi feita uma desbaratização em maio e está prevista outra em outubro, mas as baratas são muitas, tem um alojamento local as pessoas estão lá uma noite e vão-se embora. Tem tudo isolado, mas elas vêm da rua, já fez de tudo, mas as baratas continuam e entram nas casas, já não sabe o que fazer, todos se queixam, mas ninguém fala e é um problema muito grave. No prédio do seu filho as baratas entram durante o dia, andam pelos sofás e bancadas, ao lado num apartamento onde vivem muitos estrangeiros as baratas vêm dali e têm proliferado por todo o prédio.

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia, dizendo que o Regimento prevê na intervenção do público, dois períodos de meia hora o primeiro antes da ordem de trabalhos e o segundo no final, mas como esse tempo já foi ultrapassado largamente, deixou toda a gente intervir e não limitou a palavra a ninguém, não vai haver o período de intervenção do público no final.

Interveio o Sr. Presidente da Junta que agradeceu a intervenção e a presença de tantas pessoas preocupadas com a nossa terra, achando um sinal muito positivo para a nossa democracia.

Relativamente às intervenções prestou os seguintes esclarecimentos:

- Quanto aos imigrantes, informou que não faz as leis na Assembleia da República, não consegue mudar as leis da imigração, não manda no SEF, não manda na Segurança Social, pede para atuarem, mas dizem-lhe que não têm meios e que sabem o que se passa aqui. Foi constituído um grupo de trabalho para lidar com esta situação com o tema "o maior desafio de Odemira". Neste grupo de trabalho há representantes do SEF, Segurança Social, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Forças de Segurança, da USLA, mas até agora infelizmente não se tem conseguido nada, pretende-se fazer propostas de legislação ao Governo para que isto possa mudar.

Os serviços da Junta estão completamente entupidos, com a quantidade de imigrante que estão aqui todos os dias, com a quantidade de atestados de residência, temos feito adaptações constantes para dar resposta às necessidades, mas é difícil. Realçou (e já o disse várias vezes) que podemos culpar o governo, as entidades todas por não atuarem, mas há uma coisa que quer deixar muito claro, um dos principais responsáveis disto é o povo de Vila Nova de Milfontes, que alugou os estabelecimentos e as casas, que continua a alugar, a vender e a ganhar dinheiro com isto. Se calhar até se queixam por aí nos cafés, por aí fora, que sentem insegurança e estão preocupados, mas o certo é que estão preocupados é com o lucro imediato. Se queirmos o turismo que demorou décadas a construir, a cimentar, depois não se sabe quantos anos vai demorar para que esta situação mude, mudar esta onda de imigração em quantidades absurdas. Desde que entrou para a Junta que questiona as entidades sobre qual a percentagem de população imigrante num território que pode ser integrada, mas ninguém lhe respondeu. Já deu várias entrevistas a jornais, televisões, mas temos aqui um problema muito grave, está perfeitamente consciente, já denunciou a todas as autoridades, pediu ao Sr. Primeiro Ministro para criar uma lei que regule a quantidade de pessoas por habitação, foram feitas vistorias mas com poucos resultados. As autoridades, umas queixam-se de falta de meios, outras de falta de poder de atuação, vocês estão cansados mas ele também está muito cansado disto, sente muita responsabilidade, está a representar a população, está cansado de denunciar e de falar.

Relativamente à questão do Centro Comercial, vai de encontro ao que já disse, as lojas estão alugadas, algumas se calhar já foram compradas, vai questionar a Câmara à cerca do café criado e da divisão da loja, vai tentar saber o que se passa.

Quer deixar aqui claro que está solidário com as vossas preocupações, também acha que temos o turismo posto em causa, já percebeu o problema das praias, das ruas, desta imagem social que temos na Vila, as pessoas querem vir para aqui "Milfontes", Alentejo, Portugal, não querem vir para a Índia ou Bangladesh. Está farto de avisar todas as Autoridades, não sabe mais o que fazer e sempre que lhe é possível dá a saber o que se passa no Concelho.

Quanto aos atestados de residência, se forem ver a lei, a própria pessoa pode atestar, nem precisa de assinaturas (testemunhas) e nós somos obrigados a passá-los. Depois a pessoa pode ser fiscalizada ou incriminada se prestou declarações inválidas, mas praticamente somos obrigados a passar os atestados de residência.

FVI
4/A

Dizem que as estufas criaram 3.500 postos de trabalho, mas não, temos cerca de 2.300 ha de estufas e por as últimas contas oficiais são 15/16 mil imigrantes no Concelho de Odemira. Também sabemos o que se passa com a retenção dos passaportes e das máfias, o SEF, a segurança Social a Polícia Judiciária, todos sabem.

Relativamente à intervenção do Sr. Guilherme Nunes, informou que quando este lhe telefonou não atendeu porque não pôde, mais tarde quando lhe devolveu a chamada foi ele que não atendeu e ficou à espera. Questionou o Sr. Mário Pires sobre a situação e este disse que tinha continuado a ir ao mar, por isso assumi que não era preciso nada da Junta.

Depois de uma troca de palavras o Sr. Guilherme abandonou a reunião.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia pedindo que o Sr. Presidente da Junta esclarecesse a situação do seguro.

O Sr. Presidente da Junta informou, claro que a Junta tem seguro do guincho, mas independentemente de haver seguro ele queria falar com o Sr. Guilherme para este lhe dizer o prejuízo, pedir fatura e a Junta pagava o prejuízo.

- Relativamente à obra da paragem dos expressos, se a obra não está por concluir não é por vontade nossa, decidimos avançar com a obra, fizemos o que conseguimos, na altura não tínhamos dinheiro para terminar e a Câmara também não disponibilizou a verba. Agora a Câmara assumiu o compromisso e vai dar-nos a verba para concluirmos a obra. Em agosto lançámos um novo concurso, foram convidadas 3 empresas, mas este ficou vazio e neste momento estamos a tratar do procedimento para cancelá-lo e reabrirmos um novo concurso. Não é por falta de vontade.

Interveio o Senhor Mário Alves sugerindo a colocação de um contentor casa de banho.

O Sr. Presidente da Junta respondeu que os autocarros escolares já deviam ter começado a circular na rua principal e parar junto da Mabi, isto é uma situação temporária, só a rede expresso continua a parar ali, sempre parou em vários pontos da Vila e nunca teve casas de banho. Podemos ver a possibilidade dos contentores, mas vamos pô-los onde? Em cima da relva? Espera que a obra acabe com a maior brevidade possível e que no próximo verão já tenhamos casas de banho e um sítio para as pessoas esperarem os expressos, era o que queria desde que iniciou aquela obra.

Relativamente à questão da Senhora Mafalda Fonseca sobre os painéis fotovoltaicos, a informação que tem é que foram chumbados, o estudo de impacto ambiental não foi para a frente, pelo menos aqui na Freguesia.

Quanto ao pedido da Senhora Cristina Reis, pede desculpa por os buracos ainda não terem sido tapados, irão dar prioridade máxima e tapar os buracos o mais rápido possível.

Relativamente à intervenção do Sr. Manuel Tomásia, informou que o projeto AFIPR (Área de Fracionamento Ilegal Propriedade Rustica) vai permitir criar rede de esgotos, águas, equipamentos públicos, elétricos, ETAR, etc., este projeto esteve

a ser construído durante alguns anos, já esteve em consulta pública até junho deste ano, já foi aprovado em sessão de Câmara e amanhã vai à Assembleia Municipal para ser definitivamente aprovado. Se for aprovado amanhã em assembleia Municipal entra em vigor e a partir da data da sua publicação vai permitir arrancar com a urbanização (por fases) para resolver definitivamente o problema de toda esta zona circundante de Vila Nova de Milfontes, que já dura à décadas. Está prevista a construção de habitação social, que irá de certa forma dar resposta à necessidade de alojamento. O Sr. Manuel tem razão há demasiados anos que não se faz nada nesse âmbito em Vila Nova de Milfontes, também não ajudou o PDM que está em vigor e que neste momento está a ser revisto, onde finalmente irá desaparecer a obrigação de elaboração de Planos de Pormenor em tudo o que é zonas de expansão, o que irá permitir a construção e a criação de unidades mais pequenas, permitindo assim a construção de habitação em Milfontes, dentro das zonas de expansão que estão previstas no PDM. A situação é dramática principalmente neste momento com o problema da imigração que ocupa tudo o que são casas disponíveis, fazem casas onde não existem, ocupam armazéns, tudo isto é muito complicado.

Voltando atrás relativamente à questão de a Câmara Municipal não permitir a construção ou colocação de contentores nas propriedades agrícolas, o Sr. Presidente informou que a Câmara não o podia fazer, porque o Parque Natural não o permite “ponto final”. Estar só a culpar a Câmara não é justo, a Câmara também não pode opor-se à construção de estufas, porque são essas as regras, são supra camarárias. Agora saiu uma resolução do Conselho de Ministros que abriu essa possibilidade e já estão a ser feitas essas construções, colocação de contentores habitacionais nas empresas agrícolas. Não sabe se isto irá resolver o problema, achando que este ultrapassa em muito a agricultura, e o que temos é uma fábrica de legalização de pessoas, alimentada por máfias que estão aqui na nossa terra a ganhar muito dinheiro e poder económico.

Relativamente à intervenção do Sr. Manuel Tomásia, sobre a ETAR da Ribeira da Azenha, informou que continua prevista a sua construção pela Câmara de Odemira, a proprietária do terreno não quis vender a parte onde estava prevista a construção da ETAR, a Câmara teve que iniciar novos estudos para relocalizar a ETAR, têm a noção do problema, espera a sua construção e também a alimentação de água potável dos depósitos de Vila Nova de Milfontes até à Ribeira da Azenha. Quer crer que, com o desenvolvimento do Plano da AFIPR, que irá chegar até à zona do Malhão, Malhadinhas e Pousadas, seja mais fácil tirar uma linha para abastecimento à Ribeira da Azenha, duvida que não seja feito pois é uma preocupação, já era e continua a ser.

Quanto à saúde, já está a decorrer o processo do concurso público para a construção da Extensão de Saúde de Milfontes.

Relativamente à casa da comissão de moradores, a comissão perdeu a atividade, deixaram de se interessar por aquilo, abandonaram o edifício e não entregaram a chave na Junta de Freguesia. Não tem a chave da casa, andou à

011
7A

procura de documentos, mas não encontrou, não tem documentos que permitam exigir alguma legitimidade sobre o edifício, pediu ajuda à Câmara, acha que era importante aproveitar aquele espaço, mas o facto foi que os moradores da Ribeira da Azenha têm culpa de aquilo se encontrar assim pois nunca deviam de ter abandonado o edifício.

Interveio o Sr. Jorge Polícia dizendo que na altura era Presidente da Junta o Sr. Tito Palma e a chave foi entregue, quanto aos documentos que estes deveriam estar no arquivo do Galeado e não foram bem procurados.

Interveio o Sr. José Gabriel Lourenço, dizendo que durante o seu último mandato, se fazia atendimento (por uma funcionária da Junta) uma vez por semana na Associação da Ribeira da Azenha, para que os moradores não tivessem que se deslocar à Vila, que aquilo não estava ao abandono, só ficou a partir daí.

Interveio o Sr. Jorge Polícia, retificando que não tinha sido no último mandato do Sr. José Gabriel, tinha sido no seu anterior mandato.

Interveio o Sr. Presidente da Junta agradecendo a ajuda, dizendo que irá tentar novamente ver por onde andam a chave e os documentos, era importante porque aquele espaço tem potencial para servir as pessoas na Ribeira da Azenha e que era uma pena não ser aproveitado.

Relativamente aos caminhos vicinais, não tem dúvida que estes precisam ser melhorados, já falou, até pediu ao Sr. Presidente da Câmara que fosse considerado o asfaltamento da estrada que liga a Ribeira da Azenha à estrada do Cercal sendo uma mais valia para a população e para o turismo. No ano passado a motoniveladora da Câmara teve outras prioridades e saiu de cá antes de chegar à Ribeira da Azenha, e nós gastámos quase quatro mil euros para arranjar os caminhos na Ribeira da Azenha. Não é esquecimento nem falta de preocupação, uma motoniveladora custa uma fortuna, enquanto cá estiver vai lutando e tentando arranjar os caminhos.

Quanto ao às bermas nas estradas municipais, fazem ali muita falta, também da Aldeia Bogaga até à Vila, fazem falta umas ciclovias, umas ecovias, para que as pessoas possam circular em segurança de bicicleta ou a pé. Está prevista a ligação em ciclovias ao longo de todo o litoral, assim haja vontade e dinheiro para fazer os projetos e avançar, pois, é uma necessidade, estando em causa a vida das pessoas, a viabilidade e melhor oferta turística.

Relativamente aos clandestinos da Alpendurada, o projeto da AFIPR vai abarcar quase todas essas situações, a maior parte das habitações estão dentro da AFIPR, há outras demasiado isoladas para onde não fazia sentido esticarem a urbanização. Está aprovado por todas as entidades competentes e amanhã se for aprovado na Assembleia Municipal, entra em vigor.

Relativamente à intervenção do Sr. Romeu o Sr. Presidente da Junta explicou o porquê de muitas das pessoas que cá vivem não estarem aqui recenseadas, essas pessoas não querem perder o médico de família em Lisboa, no Porto, ou de onde quer que venham. As Freguesias ou Câmaras, recebem pela quantidade de população que têm, valem-se desses estratégias para ter mais população, mesmo

que as pessoas não vivam lá, mas têm a primeira habitação e eles recebem os impostos à conta disso. Esta situação desvirtua de certa forma a realidade e depois as pessoas vêm aqui à Junta exigir serviços, criticar caminhos e sei lá mais o quê, dizendo que pagam cá os seus impostos, mas o facto é que deixam cá 1% do IMI e mais nada, e as Freguesias de Lisboa e de outros lados é que recebem pelo facto dessas pessoas estarem lá recenseadas e terem lá a primeira morada. Esta é a realidade e tem a ver com as leis em vigor.

Quanto à construção de uma mesquita, isso ultrapassa-o completamente, são questões de direito privado. Se os interessados comprarem um terreno em Milfontes que tenha prevista a construção do equipamento, não há nada a fazer, existe liberdade de culto em Portugal e temos um País livre.

Relativamente à iluminação da rua principal, pensa que ainda falta colocar alguns postes, acha que ainda não foram colocados por dificuldade de fornecimento de material pelo fornecedor. Claro que faz falta a iluminação estar ligada e vai questionar se há possibilidade de ligar os postes já colocados.

Quanto ao significado dos potes na rotunda perto das bombas de gasolina, foi uma ideia criativa da Senhora Tesoureira que será imitar as fontes, quatro nascentes de água a correr, por isso tem aquela forma fluída e o branco uma tentativa para imitar a água.

Relativamente a dizerem que em Odemira não há nada, talvez por não ter tanta diversidade de comércio como nós temos aqui em Milfontes, tem os hipermercados na zona circundante, mas em termos de diversidade, como temos o dobro de habitantes, é normal que também haja mais comércio, mais atividade económica.

Quanto ao elevar o potencial da Vila, informou que há projetos que interligam todas as Freguesias do Concelho de Odemira, no litoral temos a “Rota Vicentina” que tem trazido muita gente e quebrando em parte o problema da sazonalidade, mas depois também se sente a falta de colaboração dos agentes económicos da Vila que fecham durante o inverno, e quando os caminhantes passam por aqui há uma quantidade de comércio fechado. Temos uma Associação de Freguesias do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, que nos permitiu fazer uma proposta de lei, sensibilizámos as entidades e conseguimos que fossem aprovadas leis que permitiram resolver/minorar o problema do estacionamento das autocaravanas na nossa costa. Vai realizar-se uma reunião em outubro, às vezes não é fácil articular, mas é uma ideia importante e muito válida.

Relativamente à questão, como estaria Milfontes se gerisse as suas receitas (impostos), o Senhor Presidente disse que seria uma “grande terra”, teríamos muito mais receitas. Para Milfontes ser Município, existe a limitação das leis do território que estabelecem a capacidade da criação de Municípios e preveem uma determinada quantidade de população que ainda não atingimos. Embora desejasse ter essa receita para poder gerir a nossa terra, acredita na solidariedade do território, Lisboa abandonou o interior do País, quando o interior deveria ser estrategicamente aproveitado devido ao seu grande potencial turístico e não acumular a população toda junto à costa ou nas grandes cidades. Acredita que um

território como Odemira se for bem gerido, tem um potencial maior se conseguirmos dinamizar o interior, temos que ser solidários e ajudar o interior a desenvolver-se.

Interveio o Sr. José Gabriel Lourenço, informando que hoje no Concelho de Odemira já se vive com mais qualidade de vida do que na Freguesia de Vila Nova de Milfontes, porque não estão a passar por o que nós estamos, geopolítica, geoestratégica, geoeconómica, todos esses erros. Já conheceu o interior de Odemira com grandes dificuldades, mas hoje eles melhoraram mais do que nós no litoral.

O Sr. Presidente da Junta respondeu que era uma questão complexa, seria interessante falar disso, haveria muitos aspetos para ver, deixando o desafio para uma assembleia extraordinária.

Quanto ao seu “sonho” para Milfontes, o seu sonho era termos uma terra equilibrada em termos populacionais, sem este excesso de imigração que está a ser problemático, com caminhos capazes e asphaltados, com água, esgotos, uma piscina pública aquecida, instalações desportivas, um centro cultural com sala de espetáculos, com sala de exposições, biblioteca, um centro de saúde a funcionar 24 horas, uma praia sem o problema da areia a desaparecer, uma marina de recreio em frente à Fateixa e onde se possa abastecer os barcos, uma Vila sem hipermercados onde se continue a ter comércio dos locais, para as famílias de cá, que o lucro fique cá para as famílias e que não vá para as multinacionais, podermos receber as pessoas num local com características próprias e não seja mais uma terra igual às outras, uma terra com futuro para os seus filhos e netos, que permita aqui fixar as pessoas, é o seu sonho e é por isto que tem lutado desde que aqui está.

Relativamente ao mau cheiro atrás da loja, isso tem a ver com a população de Milfontes, e que no verão é difícil de gerir, aconteceu também aqui frente à Junta, nos pilares do palco aqui montado, que utilizavam para urinar e teve que ser lavado várias vezes pois não se aguentava o cheiro, como atrás da tua loja é menos exposto o pessoal abriga-se ali e faz as necessidades, mas quando for assim basta ligar para Junta que nós mandamos lavar.

Relativamente à intervenção da Senhora Fátima Alves, o Sr. Presidente da Junta disse para ela, o seu filho, os vizinhos, fazerem uma queixa e enviarem para a Câmara, que é quem tem a competência para fazer as desbaratizações, podem enviar com conhecimento à junta para também fazermos pressão.

Interveio o Sr. Romeu dizendo ao Sr. Presidente da Junta que ainda não tinha respondido à questão do reconhecimento a nível do colégio e de aproveitar as individualidades que aqui residem.

O Sr. Presidente respondeu que, quanto ao reconhecimento da Instituição ele existe e é público.

Quanto às individualidades que aqui moram, essas pessoas vêm para Milfontes precisamente porque aqui passam despercebidas e não andam jornalistas atrás delas. Essas pessoas dizerem que vêm para Milfontes? Não sabe se será bom, elas

vêm aproveitar o facto de sermos uma terra pequena, onde ninguém liga a ninguém, as pessoas conhecem-nas, mas não andam atrás delas a pedir autógrafos. Gosta de respeitar a privacidade das pessoas e pelo que ouve e conhece tem dúvidas de que estejam disponíveis.

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia dizendo que talvez o Sr. Romeu se esteja a referir a fazer uma campanha de marketing.

Não se registando mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto na ordem de trabalhos.

2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

a) - Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 27-06-2022: - Uma vez que todos os presentes se encontravam na posse de exemplares fotocopiados da ata em referência, que foi previamente entregue com a restante documentação para esta sessão, foi dispensada a respetiva leitura, sendo imediatamente submetida a apreciação.

Interveio a Deputada Sr^a. Maria Vitoria Almeida, apresentando proposta para correção da ata na pág.5 e respostas a 2 questões colocadas e que não constam na ata, que seguidamente se transcreve na integra:

“Proposta de correção da ata nº 4 de 27 de junho de 2022

1 - Onde se lê Comissão Democrática Eleitoral, deverá ler-se CDU – Coligação Democrática Unitária;

2 - A Deputada eleita pela CDU questionou a mesa da Assembleia sobre a moção aprovada por unanimidade em 27-04-2022 se já teria sido enviada para as Entidades referidas na mesma, ficando a aguardar que o Sr. Presidente da mesa da Assembleia o confirmasse;

3 - No período de assuntos de interesse para a Freguesia, a Deputada eleita pela CDU reconheceu a importância da requalificação da Rua Custódio Brás Pacheco, embora com alguns erros de projeto já referidos anteriormente, mas que mais importante do que esta seria uma intervenção nas Pousadas que estando a dois minutos do Centro da Vila, a primeira casa tem saneamento básico e a segunda já não.

Vila Nova de Milfontes, 29 de setembro de 2022

A Eleita pela CDU – Coligação Democrática Unitária”

Interveio o Sr. Presidente da Assembleia informando que uma ata é uma suma do que se passa, não é uma transcrição “ipsis verbis”, de cada sessão é lavrada a ata que contém o resumo do que é essencial, não é para transcrever o que é dito.

Interveio o Deputado Sr. José Gabriel Lourenço, dizendo que na ata há várias omissões e incorreções, apresentado a declaração de voto que a seguir se transcreve na integra:

“Declaração de voto

José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, membro da assembleia de freguesia de Vila Nova de Milfontes, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos Eleitores PELA NOSSA FREGUESIA XI, no exercício das competências conferidas

M/1
A
d

pela legislação em vigor, nomeadamente a Lei nº75/2013 de 12 de setembro, a Lei nº73/2013 de 3 de setembro e o Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes; atento ao conteúdo da ata nº4 da sessão de Assembleia de Freguesia realizada no dia 27 de junho de 2022, agora presente para discussão e aprovação, considera:

1º - Verificarem-se várias omissões e incorreções, sendo aquelas de matéria substantiva;

2º - No ponto "3 - Período da Ordem do Dia alínea e) - Protocolo de colaboração com a Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Brunheiras, apreciação e votação." - Apenas consta um parágrafo com a aprovação.

3º - Na página 6 último parágrafo verifica-se um erro ortográfico.

Em consciência e porque a Lei não está a ser cumprida, voto contra a aprovação da ata.

Esta declaração de voto deverá ser parte integrante da ata desta sessão de Assembleia de Freguesia.

Vila Nova de Milfontes, 29 de setembro de 2022

José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço".

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia colocou a ata da sessão de 29 de setembro de 2022 a votação, tendo sido aprovada por maioria, com cinco votos a favor, um voto contra do Deputado José Gabriel Lourenço e uma abstenção da Deputada Maria Vitória Almeida.

b) - Leitura do expediente: - Registou-se a seguinte correspondência:

- Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD, agradecendo o envio da Moção referente aos "Serviços de Saúde no Concelho de Odemira";
- Grupo Parlamentar do PCP, acusando e agradecendo a receção da Moção referente aos "Serviços de Saúde no Concelho de Odemira";
- Gabinete do Primeiro-Ministro, acusando a receção da Moção referente aos "Serviços de Saúde no Concelho de Odemira";
- Gabinete do Presidente da Assembleia da República, acusando a receção da Moção referente aos "Serviços de Saúde no Concelho de Odemira".

c) - Apreciação de assuntos de interesse para a freguesia: - Intervieram os seguintes Deputados:

- Sr. Ventura Ramalho, dizendo que gostaria de saber quantos atestados de residência foram passados pela Junta nos últimos 6 meses, só para ter uma noção, nota mais gente na rua e que gostaria de saber qual o número em relação a Milfontes;

Questionou ainda sobre o trânsito nos Alagoachos;

Por último disse que gostaria de saber quantos Orçamentos Participativos estão por realizar e porque ainda não foram realizados.

- Sr. José Gabriel Lourenço, dizendo que hoje nesta Assembleia o período destinado à intervenção do público teve uma duração que não se lembra de ter

acontecido nestes anos todos. Os problemas que aqui foram abordados são extremamente graves, alguns poderão ser tratados ou arranjar-se solução. Quanto à imigração e a perda de qualidade na Freguesia, sabemos que o grupo dominante (máfia) é o Bangladesh, domina o Centro Comercial, a rua Custódio Brás Pacheco e também são os que constroem na Lagoa das Gansas. Considera que não temos que suportar a perda de qualidade de vida para alguns faturarem e ilegalmente, os contratos não são registados, existe uma cadeia ou sucessão de erros difíceis de encontrar responsabilidades, como é que uma loja é rentável para pagar oito mil e quinhentos euros? É por aqui que as atividades têm que começar, no especulativo, quantos trabalhadores estão registados, dezenas para não dizer centenas. Passa-se o mesmo no Centro Comercial, onde tinham duzentos e quarenta e sete trabalhadores registados no café e no gabinete. Não será possível ver através da segurança social, do SEF, das finanças? Isto deixa-o bastante apreensivo.

Ficou surpreendido quando o Senhor Presidente da Junta disse que, quando pediam atestados de residência não havia nada a fazer e eram obrigados a passá-los, numa determinada altura em que se urbanizou a UPMOL, muita gente aqui comprou apartamentos e contrariam empréstimos dando a morada de Vila Nova de Milfontes embora não residissem cá, era condição mínima quando não tinham prova de residência que apresentassem ou contrato de arrendamento da casa ou declaração de dois residentes em Vila Nova de Milfontes que comprovavam a residência. Tem dúvidas que tendo em atenção a massa de imigrantes que se vê por aí, que estes tenham feito prova efetiva da sua residência, sendo com testemunhas ou através de prova de contrato e alguns até já têm nacionalidade portuguesa ou dupla nacionalidade.

Os erros cometidos, geopolíticos, geoestratégicos e geoeconómicos, não dependem só do Concelho de Odemira e dos Autarcas, dependem do Governo e da Comunidade Europeia, porque os erros foram cometidos, mas não se sabe por onde começaram.

Questionou o Sr. Presidente da Junta, sobre a loja no Centro Comercial, não compreende como é que a Câmara Municipal de Odemira licencia sem um ata de condómino e autoriza a subdivisão de um artigo urbano em dois, como isto é possível?

Disse ainda, indo de encontro às propostas do Sr. Romeu, que a Junta de Freguesia deveria criar um roteiro com todos os nossos restaurantes, estabelecimentos comerciais e que estivesse disponível na Junta ou no Posto de Turismo.

Referiu ainda que, se lhe fosse permitido sonhar de certeza absoluta que iria sonhar com o dia em que Vila Nova de Milfontes fosse sede de Concelho.

Disse ainda que, participou em várias reuniões quando da elaboração do projeto completo onde se começou a discutir o POLIS, que existia efetivamente no projeto uma ciclovia das Brunheiras até Vila Nova de Milfontes, vinha até á escola primária e descia a rua até ao canal. A Câmara sabe que o projeto existia, o

M11
TA

Vereador Ricardo sabe que isso estava no projeto, depois veio a justificação da expropriação dos terrenos, como se fosse necessário para uma ciclovia.

Depois aquela ciclovia que vai embater no muro do Galeado, acha que foi para compensar.

Terminou dizendo que o Sr. Manuel Tomásia trouxe aqui problemas importantes, que não são de hoje e que vão durar mais vinte ou trinta anos.

- Sr^a. Maria Vitória Almeida, dizendo que, estiveram no terreno a ouvir alguns residentes, nomeadamente na Lagoa das Gansas, que manifestaram as suas preocupações, não estão contra os migrantes, eles são duplamente explorados, não só pelas empresas de trabalho temporário que os trazem, como também pelos proprietários que lhes alugam os apartamentos que querem ganhar dinheiro fácil. De facto, os proprietários têm culpa desta situação que inflaciona tudo o que há aqui em Milfontes. Nós pensamos que estas pessoas devem ser integradas, são altamente explorados, os problemas têm que ser resolvidos e estes só estarão resolvidos com fiscalização por parte de Entidades. A Junta também não pode estar a passar atestados de residência a dez pessoas numa casa que só leva seis, também há que ter algum cuidado, pois a Junta de Freguesia tem alguma responsabilidade nisto. O Município, o Poder Central, Autoridades, SEF, têm grandes responsabilidades e nós devíamos fazer uma grande pressão neste sentido porque o problema existe e tem que ser resolvido, não podendo continuar.

Deixa também uma sugestão, eles têm direito a um lugar de culto, à liberdade religiosa, na lagoa das Gansas as pessoas sentem-se incomodadas, por ser ali junto às casas e se concentrar muita gente, pensa que a Junta e a Câmara poderiam arranjar uma solução provisória, por exemplo está a lembrar-se do Pavilhão dos Alagoachos, tentarem ver uma solução porque de facto eles têm direito a ter o seu local de culto.

Gostaria de um esclarecimento sobre o que aconteceu com a água de distribuição em Vila Nova de Milfontes no dia quinze, a água tinha cheiro, sabia mal, pensa que atuaram, mas tarde, porque começou a acontecer na quinta feira à noite e a Câmara só emitiu uma declaração no domingo, quer saber o que aconteceu. Pensa que a Junta de Freguesia tem a responsabilidade de zelar pelos interesses dos residentes da Vila Nova de Milfontes e que deveria confrontar a Câmara de Odemira sobre o que aconteceu na realidade. As pessoas têm o direito de ser informados, pede formalmente por escrito uma apreciação técnica do que realmente aconteceu e que as pessoas têm direito à água em quantidade e qualidade.

Terminou questionando sobre a falta de água, que há pessoas que têm os poços secos, que não têm água desde junho e se está pensado alguma coisa para resolver o problema.

- Sr. Jorge Polícia, referindo que, relativamente aos migrantes e aos atestados de residência, sabe que a Junta cobra oito euros por cada atestado, tem conhecimento que em outras Juntas no Concelho se cobra cinquenta euros e mais,

assim sugere o aumento do valor dos atestados de residência, seria mais uma fonte de receita, talvez viessem menos migrantes e se passassem menos atestados.

Sobre a obra da “paragem de expressos” junto ao Centro Comercial questionou o Sr. Presidente, agora com o novo concurso qual será o engenheiro que se vai responsabilizar pelo que está lá feito? Ou quererão derrubar aquilo e fazer novamente?

Por último e referindo-se aos caminhos vicinais disse que, o Senhor Presidente tinha dito que no arranjo do caminho da Ribeira da Azenha gastou lá quatro mil euros, é impossível que tenha gasto esse dinheiro no trabalho que lá foi feito, foi excessivamente caro, conhece pessoas a fazerem o mesmo trabalho por duzentos ou trezentos euros, quando se vai fazer um caminho em vez de se dar a uma empresa particular pede-se dois ou três orçamentos, não é passar uma máquina e dá cá três mil e quinhentos ou quatro mil euros.

- Sr^a Maria Deus Friesa, informou da importância de passadeiras para peões, na Venda Fria e na Aldeia Bogaga, pois todos os dias passam por ali muitas crianças.

Referiu ainda que se passou mais um verão, com muitas centenas de pessoas e turistas, e que a praia dos Aivados continua sem nadador salvador.

- Sr. Gonçalo Araújo, dizendo relativamente à intervenção do Sr. Romeu da ideia de novos contributos pela população, pensa que isso já foi tentado várias vezes, fazer Associações com os empresários da Vila. Lança de novo esse “rep” para a população se unir e criar uma Associação com a finalidade de dar ideias e também ter força perante as Autoridades e Entidades. Acha que muitas cabeças vão pensar melhor e ter boas ideias.

- Sr. Bruno Cabecinha, disse que durante a reunião já ouviu várias vezes “não tenho nada contra os imigrantes”, é evidente que nenhum de nós está contra os imigrantes. Nós todos falamos a mesma língua, falamos as mesmas palavras e estar constantemente a pedir desculpa e a dizer que não é contra? Nós não temos rigorosamente nada contra os imigrantes, contra as pessoas que vêm à procura de uma vida melhor.

Relativamente à intervenção do Deputado José Gabriel sobre o período de intervenção do público, sim deixou que se prolongasse pelo tempo que fosse necessário, porque gosta de ver a nossa Assembleia composta e com tanta gente a intervir, mas uma coisa é verdade esta participação é correspondente à insatisfação, há vários problemas, mas aqui a questão são os imigrantes. Também concorda quando o Sr. Presidente diz que este fenómeno não tem nada a ver com a agricultura, a agricultura começou por ser o polo, o chamariz, para que estas máfias aqui se instalassem.

Informou que denunciou a situação a várias Entidades, sobre o armazém nas Pousadas Velhas, sem condições, casas de banho, cozinha, rigorosamente nada e que irá certamente ser um dormitório de imigrantes. Denunciar estas situações é o que todas as pessoas devem fazer, por intermédio desta Assembleia, pelos próprios, mandem e-mails, coordenadas GPS, fazemos a nossa parte, o que está ao

M1
M
d

nosso alcance, não ficar impávidos e serenos com o tudo o que está a acontecer, ao menos “eles” não podem dizer que não sabiam.

Quanto aos atestados de residência, referiu que percebe a agonia, a impossibilidade de dizer que não, mas que não vê nenhum obstáculo à lei de passar atestados 1 vez por semana ou de quinze em quinze dias, das nove às doze horas de segunda feira. A junta de Freguesia não é obrigada a ter funcionários focados e a satisfazer uma única questão quando há tantas para fazer. Há um prazo legal para emitir, mas que tem que ser condicionado pela capacidade de emissão dos recursos humanos existentes. Quem quer esperar, espera, quem não quiser vá para outra Freguesia, este é um conselho, o que faria se estivesse no lugar do Presidente da Junta e não é ilegal.

Relativamente à questão de investigação, disse que as Entidades sabem onde eles estão, só não investigam, só não prendem, porque não há instruções para o fazerem. Um inspetor de qualquer organismo público, pode saber em meia hora quantos trabalhadores estão afetos a uma empresa, sabemos e é um escândalo que muitos dos trabalhadores nem sequer cá estão, só chegam cá quando já têm o período de garantia para receberem o subsídio de desemprego. Ao Estado interessa contribuições, o dinheiro que entra, e o cifrão vai gerindo tudo isto, é uma tristeza e a verdade é que tem havido uma degradação na qualidade de vida das pessoas daqui e que tem saudades de Milfontes há trinta anos atrás.

O Deputado José Gabriel Lourenço, disse que no Concelho de Odemira vai acontecer o mesmo que no sul de Espanha, que há empresas que fizeram investimentos no novo modelo de estufas em vidro e depois o abandonaram, aqui vai ser a mesma coisa não irá ser só plástico.

O Presidente da Assembleia de Freguesia disse que, há dez anos atrás para um cidadão estrangeiro entrar tinha que ser com visto emitido no país de origem, agora basta a declaração de interesse. Se hoje vierem de um país asiático ou outro, um bilião de pessoas o nosso quadro legal não nos permite barrá-los à entrada, vêm sob o artigo oitenta e oito e enquanto o processo se encontra a decorrer podem trabalhar, descontar, pagar impostos e fazer tudo.

Não podemos ser esmagados por este fenómeno, os serviços, as nossas comunidades completamente descaracterizadas.

Por último deixa uma sugestão quanto às Festas da Vila, estas passam-se principalmente aqui no largo frente à Junta de Freguesia, acha que o espaço é exímio e poderiam por exemplo realizarem-se no Cais, é um espaço mais amplo, não é na zona central, pode albergar mais pessoas e talvez com menos transtorno no transito. É uma sugestão que faz não é uma critica e o cais é uma zona aprazível junto ao rio.

Interveio o Sr. Presidente da Junta prestando os seguintes esclarecimentos:

- Relativamente à intervenção do Deputado Ventura Ramalho, informou que há cerca de dois meses atrás o número de atestados passados era de dois mil e seiscentos, mas que podia solicitar na secretaria o número atualizado.

- Quanto ao trânsito nos Alagoachos, já foi falado, mas ainda não foi feita proposta à Câmara de Odemira.

- Relativamente aos OPs da Freguesia, dois ainda não estão realizados, um é para as instalações do Clube de Canoagem, o dinheiro está guardado (vinte mil euros) e esperamos melhor solução para a localização da sede;

O outro OP diz respeito às proteções para os contentores do lixo. O material já foi todo adquirido, mas durante o verão não haviam recursos humanos disponíveis, agora fim da época balnear iremos começar a montar as referidas proteções.

Interveio o Deputado José Gabriel Lourenço e sobre o arrendamento das casas aos imigrantes disse, que não se pode generalizar “os culpadas são as pessoas da Vila”, mas sim algumas pessoas da Vila que põem os seus interesses económicos à frente.

Interveio o Sr. Presidente da Junta, dizendo que como é obvio não se refere a toda a gente da Vila, mas às pessoas que colocam os seus interesses económicos à frente de outros.

Relativamente à questão dos atestados de residência, é obrigado a passa-los até a alguém que more debaixo da ponte, não há nenhuma lei que diga que não pode passar atestados a pessoas em casas sobrelotadas, o custo dos atestados para pessoas não recenseadas é igual para toda a gente, o valor está previsto na tabela de taxas e que saiba é igual nas outras Freguesia do Concelho.

Quanto à Câmara ter licenciado sem ata de condóminos, vai questionar esta sobre o assunto.

Relativamente à criação de um roteiro, pensa que o site da Câmara tem a informação de todas as Freguesias do Concelho, onde qualquer pessoa pode pesquisar, também o site da Junta irá ser reformulado e atualizado com ligação aos serviços de turismo da Câmara, hoje em dia a informação procurada é mais on-line e se estiver completa e em várias línguas será o ideal.

Quanto ao projeto da ciclovia, no POLIS ele existia e existe só que era um projeto macro, não era de execução, estão previstas nesse projeto as ciclovias desde o início da Rota Vicentina até ao Algarve e Milfontes está incluída. Foram feitos os traçados mas depois não passaram a projetos de execução. A ecovia do Galeado, foi feita através de um projeto OP do Município.

Relativamente à Lagoa das Gansas, conhece a situação dessas pessoas que são exploradas duplamente pelas empresas de trabalho de prestação de serviços e pelos donos das casas, vivendo em situações muito precárias.

Quanto à Câmara e Junta arranjam uma solução para o lugar de culto, o pavilhão Raul Vicente está ocupado todos os dias da semana com atividades desportivas da nossa população. Já levou esse assunto à Câmara e na Freguesia não temos espaço para isso.

Relativamente ao que aconteceu com a água, pediu explicações há Câmara e a resposta que lhe enviaram foi que nunca esteve em causa a saúde pública, foram feitas análises à água, houve uma avaria na bomba de injeção de cloro do sistema, a partir do momento em que foi detetada, viram que tinha pouco cloro, meteram o

H1
A

sistema a trabalhar e fizeram uma injeção a mais de cloro para compensar. Esta é a informação oficial que tem. Se a Senhora Maria Vitória Almeida entender pode pedir um relatório técnico acha bem pedi-lo à Câmara, ele ficou descansado e fez confiança na informação prestada pela Senhora Vereadora.

Quanto a haver pessoas sem água nos poços, tem conhecimento que existem, estando estas a ser abastecidas pelos tanques dos bombeiros. A Câmara tem um acordo com os Bombeiros e as pessoas não pagam o fornecimento da água.

Relativamente à responsabilidade da obra da paragem dos autocarros, o que está lá feito tem um engenheiro responsável, tem um projeto de engenharia feito e a continuação da obra vai ter fiscalização do engenheiro da Câmara.

Arranjo do caminho na Ribeira da Azenha, com trabalho de uma niveladora que custa setenta euros + iva à hora, a seguir batida com cilindro e faz-se aquele trabalho com duzentos euros? Estiveram lá cinco dias e foram acompanhados pelo funcionário da Junta com o trator.

Relativamente à colocação de passadeiras na Venda Fria e Aldeia Bogaga, podemos fazer o pedido, é uma estrada nacional, já foram feitos alguns e nem todos foram atendidos.

Quanto à praia dos Aivados, esta não está no plano de praias nacional, é uma praia selvagem e por isso não tem nadador salvador, como todas as praias selvagens no Concelho.

Relativamente à criação de uma Associação de Comerciantes, informou que há cerca de trinta anos atrás tinha criada uma, começou com muita força mas depois de resolvidos os problemas particulares ficou reduzida a duas pessoas e acabou por ser extinta, funcionando apenas dois anos. Acha que uma Associação de Comerciantes em Milfontes fazia muita falta, aceita que alguém a faça e está disposto a apoiar, pois era muito necessária para servir de grupo de pressão junto de todas as entidades.

Relativamente a haver muita gente insatisfeita, sem dúvida nenhuma, mas o problema não tem a ver com a agricultura embora a agricultura tenha sido a razão pela qual começaram a vir todos estes imigrantes. As empresas de serviços apesar de tudo servem para legalizar estas pessoas e não é ilegalidade nenhuma terem duzentas ou trezentas trabalhadores, porque têm atividade aberta e prestam serviços à agricultura. As investigações são suficientes? De longe, não são. Sabemos os resultados das que são feitas? Não, as entidades fecham-se e não dão resultados do trabalho que é feito.

Festas da Vila no cais, já foram feitas algumas atividades culturais nesse espaço, por exemplo a feira das artes, aqui no Largo da Junta tem sempre mais gente, as pessoas passam mais aqui e não vão lá abaixo ao cais, outro problema seria com a montagem do palco, roubaria muitos lugares de estacionamento e quando houvesse atuações não seria fácil retirar os carros ali estacionados para haver espaço para as pessoas.

Não se registando mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

a) – Cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciação: - Foi presente o relatório de atividades correspondente ao período de 27 de junho a 22 de setembro/2022, o resumo diário da tesouraria relativo ao dia 31 de agosto e a listagem de compromissos plurianuais, tendo a Assembleia de Freguesia tomado o devido conhecimento.

b) - **8ª Alteração Orçamental/2022:** (2ª alteração modificativa ao Orçamento, 7ª alteração ao PPI e 2ª revisão ao PPI) apreciação e votação: - Depois de prestados os devidos esclarecimentos, foi a 8ª alteração orçamental submetida a votação tendo sido aprovada por maioria, com quatro votos a favor, uma abstenção do Deputado Ventura Ramalho, e dois votos contra dos Deputados Maria Vitória Almeida e José Gabriel Lourenço.

c) - Alteração ao 2º Protocolo de Colaboração/2022, celebrado com o Clube Desportivo Praia de Milfontes, apreciação e votação: - O Senhor Presidente da Junta prestou os devidos esclarecimentos.

Interveio o Deputado Ventura Ramalho dizendo que, como membro da Direção considera-se impedido de votar, retirando-se da sala enquanto decorria a votação.

Interveio o Deputado José Gabriel Lourenço, entregando a declaração de voto que se transcreve na íntegra:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, membro da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos Eleitores PELA NOSSA FREGUESIA XI, no exercício das competências conferidas pela legislação em vigor, nomeadamente a Lei nº75/2013 de 12 de setembro, a Lei nº73/2013 de 3 de setembro e o Regimento da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Milfontes; considerando a alínea c) do ponto 3 – Período da ordem do dia:

1º - As atas das reuniões e deliberações do Executivo da Junta de Freguesia não são publicadas desde o mês de maio;

2º - A justificação apresentada é uma folha avulsa com o mesmo título da respetiva alínea;

3º - A aprovação pelo Executivo da Junta de Freguesia não está comprovada, devido à inexistência de ata, não é possível analisar os argumentos e as fundamentações socio económicas e financeiras da alteração proposta;

4º - A justificação assinada pelo Presidente da Junta é insuficiente, subjetiva e de duvidosa legalidade;

5º - Nunca foi presente a esta Assembleia de Freguesia o Plano de Atividades e o Orçamento anual do Clube desportivo Praia de Milfontes, para análise dos recursos humanos e situação socio económica e financeira do Clube Desportivo Praia de Milfontes;

M11

6º - Atento à Lei nº73/2013 nomeadamente ao Artigo 3º nº2 alíneas a), b) e d), respetivamente Princípio da legalidade, Princípio da estabilidade orçamental e Princípio da transparência.

Em consciência e porque a Lei não está a ser cumprida, voto contra a aprovação do referido protocolo.

Esta declaração de voto deverá ser parte integrante da ata desta sessão de Assembleia de Freguesia.

Vila Nova de Milfontes, 29 de setembro de 2022

José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço”

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a “Alteração ao 2º Protocolo de Colaboração/2022, celebrado com o Clube Desportivo Praia de Milfontes”, que foi aprovada por maioria com cinco votos a favor e um voto contra do Deputado José Gabriel Lourenço.

Não se registando mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.

4 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: - As intervenções do público foram contempladas no primeiro período de intervenção.

MINUTA DA ATA

Nos termos do artigo 57º (quinquagésimo sétimo), da lei número 72/2013, de 12 de setembro, foram aprovadas em minuta todas as deliberações tomadas, para que produzam efeitos imediatos, por maioria, com seis votos a favor e uma abstenção do Deputado José Gabriel Lourenço, quando estavam presentes sete Deputados da Assembleia.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, era 1:00 hora e vinte minutos.

De tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que nos termos da lei vai ser devidamente assinada pelo Presidente e Secretários.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
O PRIMEIRO SECRETÁRIO
O SEGUNDO SECRETÁRIO



Maria de Deus Friesa Amador

